

A PERSPECTIVA MARXISTA NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

THE MARXIST PERSPECTIVE IN THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF SOCIAL SERVICE

CYBELLE ETIENNE DOS SANTOS¹

HENYA CRISTINA PESSOA MORAIS DA SILVA²

TÂNIA CRISTINA DE LIMA SILVA³

ORIENTADORA: ÉDAR JESSIE DIAS MENDES DA SILVA⁴

RESUMO

O objetivo desse trabalho é essencialmente demonstrar através da pesquisa bibliográfica o quão presente está o pensamento marxista na formação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, documento este que norteia as ações e objetivos da atuação do Assistente Social no Brasil. O pensamento marxista e sua vasta imbricação em outras áreas do saber, assume o papel de lentes, que acabam por fazer o assistente social, enxergar além da realidade vivida; mas isso tem suas implicações, pois, ao desnudar a visão, deve se comprometer em romper com a lógica do mercado e seus desdobramentos que incide na exploração da classe trabalhadora. Essa discussão do debate sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social é uma afirmação do nosso compromisso com a proposta marxista e a reafirmação de que as ideias presentes nesse referencial estão cada dia mais latente e atual como única na defesa da classe trabalhadora e na construção de uma sociedade mais democrática.

Palavras-chave: Sociedade. Marxismo. Ética. Projeto Ético-Político. Direitos Humanos. Exploração.

ABSTRACT

The objective of this work is to essentially demonstrate, throughout bibliographic research, how present Marxist's thoughts are in the formation of the Ethical-Political Project of Social Work, a document that guides the actions and objectives of the profession of the Social Work in Brazil. Marxist's thoughts and it's vast imbrication in many areas of knowledge, assume the role of lenses, which makes the social worker look beyond the lived reality, but to do so, It has it's implications, because when stripping the vision, it must commit to break with the sistem's logic and it's consequences, that focuses on the exploration of the worrking class. This discusion of the debate about the Political-Ethical Project of Social Work is an affirmation of our commitment to the Marxist proposal and the reafirmation that the ideas present in this framework are increasingly latent and current as unique in the defense of the working class and in the construction of a more democratic society.

Keywords: *Society. Marxism. Ethic. Political-Ethical Project. Human rights. Exploration.*

¹ Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social pela Faculdade Unida de Campinas - FACUNICAP. E-mail: cybelleeua@gmail.com;

² Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social pela Faculdade Unida de Campinas - FACUNICAP. E-mail: henyaeheitor@gmail.com;

³ Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social pela Faculdade Unida de Campinas - FACUNICAP. E-mail: taniacristinalimasilva@gmail.com;

⁴ Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1994). Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2017-2019).

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, funda-se na visão marxista no Projeto Ético-Político do Serviço Social que desde o ano de 80 é o orientador do exercício e concomitantemente da formação profissional do Assistente Social e este foi resultado de um processo histórico construtivo, elaborador de forma colaborativa sob a tutela das entidades maiores que representam a classe dos Assistentes Sociais quer seja o Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Assim, tanto o projeto que norteia a profissão quanto os anseios do que se espera do profissional perante a sociedade, estão dispostos de forma explícita no Código de Ética Profissional, e Lei que regulamenta a Profissão do Assistente Social - Lei 8662/1993 e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social nos idos de 1996.

É bem sabido que no cotidiano, os profissionais do Serviço Social, não devem se furtar da elaboração de projetos que viabilizem a socialização, distribuição de riquezas de forma mais igualitária, afim de pavimentar a via para emancipação dos indivíduos inseridos na sociedade qual o profissional esteja desenvolvendo o seu trabalho. Nesse viés a visão de um referencial Teórico Filósofo como de Karl Marx, possibilita visualizar as contradições do sistema capitalista. O pensamento marxista, transita desde as relações econômicas de produção e circulação de riquezas, seguindo até as relações histórico\sociais de exploração do homem pelo homem, ampliando o movimento em defesa da classe trabalhadora e é nesse contexto que se encaixa o modelo de projeto Ético-Político do Serviço Social, via pensamento marxista, concebe uma sociedade menos excludente e mais justa.

Assim, para conceber essa ideia o presente trabalho, buscou fundar-se no pensamento de teóricos como Maria Beatriz Abramides (2006, 2017), Marilda Villela Iamamoto (2005, 2009, 2014), Consuelo Quiroga (1991), José Paulo Netto (1998, 1999, 2005, 2006, 2012, 2015), e demais expoentes que se debruçaram para apresentar ao mundo do Serviço Social, obras que iluminaram o caminho do conhecimento, para a presente produção textual.

É importante ressaltar que o pensamento de Iamamoto (2014), faz brotar a consciência de que o serviço social surge como contrapondo ao modo de exploração capitalista e que nesse caso o próprio Serviço Social passa a ser fruto quer seja indiretamente ou diretamente do pensamento marxista.

Em nosso estudo abordamos questões como o materialismo histórico dialético das classes sociais antagônicas visto que o desenvolvimento das sociedades capitalista se dá em torno das lutas de classes.

O objetivo do presente trabalho foi refletir o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as influências marxistas presentes na concepção atual. Os objetivos específicos deram suporte para identificar quando o Serviço Social brasileira alia-se à classe trabalhadora; contextualizar a perspectiva neoliberal e a negação das teorias sociais da esquerda, principalmente, pautadas no marxismo e; por fim, avaliar a valoração ética e política como projeção da teoria marxista é o que se espera no dia-a-dia do profissional

Entendemos que o Serviço Social se mantém resistente e consciente de sua posição frente ao capitalismo, sendo inclusive esse um dos seus maiores desafios, manter-se na luta contra o conservadorismo, acumulação de riquezas, na busca por uma sociedade livre, igualitária, democrática e que assegure os direitos humanos.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 A EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO COMO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO

O Serviço Social brasileiro tem sua especificidade, está condicionado ao contexto histórico, social e econômico do Brasil. Entender sua historicidade enquanto profissão é necessário para compreender em quais contextos surgem essa profissão e quais aspectos teóricos, metodológicos e políticos que circundaram e circundam a profissão.

O Serviço Social como profissão no mundo surge em meio a consolidação do sistema capitalista no fortalecimento das relações sociais de produção, questão está citada em estudo por Carvalho e Iamamoto (2014) e Santos *et al* (2013).

A partir da análise realizada, conclui-se que o surgimento do Serviço Social está diretamente relacionado ao modo Capitalista de Produção. Modo sustentado na exploração, na desigualdade, e que deixa de forma patente e gritante a Questão Social. O Serviço Social surge como uma ferramenta da classe burguesa, para controle do proletariado que já se mobiliza em prol de melhores condições de existência. (SANTOS *et al*, 2013, p. 155).

No contexto do desenvolvimento do modo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, o surgimento do Serviço social como profissão está diretamente relacionado ao agravamento dos problemas sociais. Quando a classe trabalhadora passa a exigir do Estado a implementação de políticas que atendam às suas necessidades, os problemas sociais estão relacionados à formação, organização e aparecimento da classe trabalhadora no cenário político. É uma manifestação da contradição entre o proletariado e a burguesia, embora já existisse, a classe trabalhadora começou a fazer reivindicações de forma mais organizada.

Para Iamamoto e Carvalho (2014, p. 133),

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, características que marcará profundamente seus desdobramentos.

Os problemas sociais estão diretamente relacionados ao processo de acumulação capitalista e têm um impacto negativo e significativo nas condições de vida e de trabalho de toda a classe trabalhadora. Sua origem está fundamentalmente relacionada à relação social como essência do capital, ou seja, a posse privada das riquezas geradas pela sociedade. Isso também é “indissociável do surgimento de trabalhadores livres, que contam com a venda de mão de obra para atender às suas importantes necessidades.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 138),

O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeito à autoridade absoluta – muitas vezes paternalista – de patrões e mestres.

Por um lado, a ordem social burguesa produz uma enorme riqueza, que é o resultado da posse privada de trabalho, por outro lado, produz uma enorme pobreza, que atinge a maioria da população apenas com trabalho:

A exploração abusiva que é submetido — afetando sua capacidade vital — e a luta defensiva que o proletariado você envolve apareceram, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como um ameaça a seus mais sagrados valores "a moral, religião e a ordem pública". Impõe-se, a partir daí a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma

regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

Para os autores, sobre ponto de vista da resolução do trabalho e o valor do trabalho remunerado,

O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria dos seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva. A pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura, o que funciona também como mecanismo de reforço ao rebaixamento salarial. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 137).

Desta forma, a burguesia percebeu a necessidade de responder às necessidades sociais. O estado incorpora esses requisitos, criando assim uma resposta para garantir que esses requisitos sejam mantidos:

A implantação do serviço social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classes, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 127).

É sob as circunstâncias desse tipo de mudanças econômicas, sociais e políticas do Capitalismo monopolista que o surgimento e a legitimidade do Serviço Social como profissão torna-se possível:

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se á, assim, como uma imposição. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

Ao abordarem o cenário da profissão de Serviço Social, destacam ainda que é uma profissão que participa da reprodução das relações de classe e de suas relações contraditórias:

Para apreender o sentido histórico do Serviço Social, torna-se necessário analisar, ante o “problema social” e seu aguçamento, o posicionamento e ações assumidos e desenvolvidos pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade; ações e posicionamentos determinados no quadro mais amplo das contradições geradas pelas formas específicas através das quais se aprofunda internamente o capitalismo e a vinculação da economia ao mercado mundial. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 136).

Importante ressaltar que, a luta de classes já estava cravada em outras formações sociais, já existia o domínio de uma classe sobre a outra, mesmo não havendo a consciência entre os indivíduos sociais de uma sociedade centralizada em classes incompatíveis. Para Marx & Engels (2005),

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; [...]. A história de toda a sociedade até os nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes em diferentes épocas. (MARX; ENGELS, 2005, p. 40-57).

A monarquia acabou em 1848 e a república foi instituída, mas isso não significou o fim dos privilégios da classe dominante, o que levou à exclusão da classe trabalhadora das conquistas da revolução e à exclusão dos ideais, que, luta contra isso porque o governo ainda é um governo burguês. Portanto, em 15 de maio de 1848, os trabalhadores se revoltaram contra o regime, ocuparam a Assembleia Constituinte e formaram um governo revolucionário de acordo com os ideais da burguesia, mas em 26 de junho de 1848 os trabalhadores foram brutalmente massacrados pela República que ajudaram a anunciar (MARTINELLI, 2000).

Mesmo antes de ter estourado a revolução em 1848, em Londres, teve como mobilização já havia sido fundado uma associação internacional, a qual era denominada como a Liga dos Comunistas, que foi redigida pelo programa de Marx e Engels, com a nomenclatura de Manifesto do Partido Comunista publicado em fevereiro de 1848, trazendo a expressão da intensidade do movimento operário. Esse programa já demonstrava que a classe operária lutaria para uma transformação revolucionária da sociedade (MARTINELLI, 2000).

A revolução de 1848 foi um despertar de consciência à classe trabalhadora, pois a partir daí os trabalhadores começaram a se dar conta de que eram uma classe revolucionária, perceberam as contradições e antagonismos de classe, e começaram a lutar, não só por um trabalho melhor. E as condições de vida, mas para construir uma sociedade livre de exploração, opressão e isolamento. Nas palavras de Netto:

O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. (NETTO, 1998, p. 7).

Conforme Santos, Teles e Bezerra (2013) no artigo: *A Origem do Serviço Social no Mundo e no Brasil*, no ano de 1869 é “fundada a sociedade de organização da caridade em Londres”, primeiro marco organizatório da Assistência Social:

A primeira escola de Serviço Social do mundo surge em Amsterdã, em 1899. Para resolver a questão do disciplinamento do tempo do operário, as Ligas das Senhoras Católicas em São Paulo, e a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro, vão ficar responsáveis pela educação dos trabalhadores. Em 1936, surge em São Paulo, a primeira Escola do Serviço Social do Brasil. (SANTOS, TELES, BEZERRA, 2013, p. 154).

Importante destacar que para as autoras: “o surgimento do Serviço Social está diretamente relacionado ao modo Capitalista de Produção. Modo sustentado na exploração, na desigualdade e que deixa de forma patente e gritante a Questão Social”. (SANTOS, TELES, BEZERRA, 2013, p. 154).

2.1.1 As Protoformas do Serviço Social Brasileiro

Yasbeck (2009) retrata que o processo histórico do Serviço Social brasileiro traz “a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese”. Relação essa que construiu uma imagem de um profissional messiânico, apoiado na doutrina social da igreja.

As autoras pontuam sobre essa relação do Serviço Social e igreja católica destacando que para esse entendimento é fundamental entender o cenário do início dos anos de 1990 e as relações sociais que se formam nesse contexto. Dessa maneira, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 176) (conceituam esse período como “protoformas do Serviço Social”. Consideram que as bases para a relação da influência da igreja católica com o Serviço Social brasileiro aconteceram ainda no período pós Primeira Guerra Mundial.

A forma de organização da caridade ganha uma nova dimensão, surgem organizações com maior compreensão técnica para o atendimento aos necessitados. Além desse contexto a própria condição externa em relação a “primeira nação socialista”, e os constantes conflitos e manifestações da classe trabalhadora na Europa. “É também o momento em que surgem e se multiplicam na Europa as escolas de Serviço Social”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 176).

José Paulo Netto (2014) ao descrever sobre a emergência do Serviço Social como profissão pontua que no contexto do capital monopolista as organizações e formas de pensar a sociedade, os trabalhadores amplia estratégias inclusive a própria “organização da filantropia”

(NETTO, 2015, p. 161). O autor, apresenta um posicionamento crítico sobre essa questão, não se insere na perspectiva endogenista (MONTAÑO, 2007), mas, sua percepção é de que essa emergência do Serviço Social tem essa premissa.

Nesse cenário de acontecimentos o Brasil vivencia no seu território as reivindicações da classe trabalhadora em 1917 a 1921, apontaram para a mudança de estratégias na atenção a essa classe, pois, perpassava por esses movimentos ideários anarquistas e comunista que chamaram atenção especial da igreja católica brasileira. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Tanto Iamamoto & Carvalho (2014) quanto Netto (2014) descrevem sobre a organização da caridade e de suas formas técnicas e organizadas.

As instituições sociais que surgem nesse momento, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo (1923), possuem já – não apenas no nível de retórica – uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade. Desde o início são obras que envolvem mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca, e às vezes, a própria militância de seus elementos femininos. Possuem um aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado que lhe possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 176).

Essas instituições surgem no momento do primeiro movimento de reação católica, uma perspectiva da igreja de atenção as situações sociais com bases “embrionária de *assistência preventiva*, de *apostolado social*, *atender e atenuar* determinadas sequelas do sistema capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 177, grifo do autor).

A partir desse momento também ganham velocidade dois outros processos que irão alterar substancialmente a estrutura e a imagem da Igreja. A limitação da autonomia das burocracias regionais da hierarquia, com a centralização por meio de uma forte liderança crescentemente exercida através de aparatos que se vão criar, sediados na capital, e a “romanização” do catolicismo brasileiro, que atinge tanto o clero como o movimento leigo. Este último se define como adaptação da Igreja aos padrões de atuação universais de base europeia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A Ação Católica, criou as bases estruturais para a formação técnica especializada para a prestação de assistência e influenciou a implantação do Serviço Social no Brasil. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Essa relação entre a igreja e a burguesia repercute na forma como se insere e emerge o Serviço Social no Brasil, dotado de um ideário neotomista no fortalecimento do bem-comum.

2.1.2 Serviço Social no Brasil

Advindos de movimentos libertários, negros e pobres do início do século formavam a grande massa da sociedade brasileira que, com o passar do tempo e, a troca de experiências com trabalhadores vindos da Europa (principalmente Itália), fizeram com que a classe trabalhadora até então totalmente alienada de seus direitos brotasse em seus espíritos, a consciência de que eram sujeitos de direitos ao passo que percebiam a exploração desmedida por parte da burguesia. (TRINDADE, 2017).

O Estado por sua vez, atendendo aos anseios dos detentores do capital, tratou de responder com o mais absoluto meio de repressão para manter o *status quo*. Assim, o Estado reprimia de forma violenta toda e qualquer manifestação que visava exigir do Estado mais que uma simples caridade, mas sim, que esse Estado se fizesse presente por meio da positivação de direitos.

Segundo Iamamoto & Carvalho (2014, p. 142),

A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista. [...] seu posicionamento natural variará entre a hostilidade e o apoio explícito à repressão policial e ações caridosas e assistencialistas, especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo.

Seguindo a via histórica, o Serviço Social é implantado no Brasil, em 1930 como resposta ao crescimento do capitalismo e debaixo da influência europeia, mais especificamente sob o domínio belga, francês e alemão, e estava diretamente ligado aos vários setores da burguesia e fortemente arraigado pela Igreja Católica. Nessa década, o país enfrentava um processo inaugural de industrialização de importações, num contexto de capitalismo dependente e agroexportador. De 1930 a 1935, o governo brasileiro iniciou uma atuação voltada ao desenvolvimentismo, tendo como ponto forte, uma postura paternalista para conquista a sociedade e ampliar sua aceitação passou a sofrer pressões da classe trabalhadora, o que o levou então a criar órgãos normatizadores e disciplinares das relações de trabalho, em especial através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, também, ampliou o rol de serviços sociais aos trabalhadores, dando ênfase à políticas sociais para a resolução dos problemas sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O ministério do Trabalho, organizado a partir de um dos primeiros decretos do Governo Provisório, será apresentado como o “Ministério da Revolução”, da

modernização e justiça social. Logo após, entre outras medidas, será decretada a “Lei dos Dois Terços”, que estatui a obrigatoriedade de cada empresa contar ao menos com aquela proporção de empregados brasileiros. Tal medida tende a recuperar, por um lado, a velha campanha contra a liderança anarquista do movimento operário- identificando sua mobilização com tumulto provocado pelos estrangeiros (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014. p. 163).

Ainda em 1930, conforme Aguiar (2011) quando assistentes sociais franco-belgas chegaram ao Brasil para formar assistentes sociais com os ideais da ideologia da igreja, buscando elaborar um pensamento coerente e harmônico, toma por fundamento o princípio seguinte: “Tudo é inteligível pelo Ser, ideia análoga, realizando-se no ato e na potência”. A partir desse princípio, mostra que a primeira realidade a ser explicada deve ser Deus, que é a fonte de todos os seres. (AGUIAR, 2011, p. 59).

De acordo com Betetto (2010), em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação social (CEAS), associação criada com o objetivo de corroborar com a divulgação dos princípios da ordem social cristã, e visava a preparação dos então chamados trabalhadores sociais. Já em fevereiro de 1936, essa associação criou a Escola de Serviço Social (ESS). Com o apoio das autoridades eclesiásticas com a ministração do curso para mulheres, e, essa criação tinha por interesse, fundamentar os resultados obtidos em outros países pelos métodos do Serviço Social. Em seus primeiros anos houve a necessidade de incluir homens na profissão. Mas negou-se em manter esse curso posteriormente devido ter um propósito limitado em formar apenas alguns profissionais do sexo masculino com a justificativa de ser o suficiente para atender a demanda da época.

O objetivo central do CEAS era o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas e resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 179).

A década de 1940, historicamente, foi marcada pelo autoritarismo de Getúlio Vargas, “um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo o apoio de importantes lideranças políticas e militares” (FGV CPDOC, c2020, online).

Em plena Segunda Guerra Mundial:

A posição do Brasil no Atlântico tinha uma importância para a estratégia dos Estados Unidos, pois o Nordeste brasileiro poderia ser um ponto de apoio de

operações caso a Alemanha derrotasse as forças da Grã-Bretanha no Norte da África. Assim, assinou-se um acordo criando a Missão Naval e a Missão de Aviação Militar dos Estados Unidos no Brasil. E em 1941 Vargas, autoriza a ressaltou a importância das bases militares no Brasil, e os gastos necessários para modernizar e a construção de bases militares. (CERVO; BUENO, 1992, p. 239).

De acordo com Andrade (2009) em seu artigo: “*O Metodologismo e o Desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro – 1947 a 1961*”, o Serviço Social não pode ser desassociado do contexto socioeconômico em que está inserido:

O capitalismo industrial no Brasil, a partir da década de 1940 começa a tomar contornos mais definidos. Através de uma política econômica e financeira, o Estado incentiva as indústrias, visando à expansão, organização do mercado interno, capitalização e acumulação do setor. A expansão da produção industrial é acompanhada pela intensificação da taxa de exploração da força de trabalho, amplamente disponível no contingente populacional. O proletariado urbano, nesse período já se manifesta como um setor emergente, capaz de exercer pressões sobre o Estado. Sua contribuição para a queda do Antigo Regime (República Velha), necessária à legitimação do Estado Novo, lança-o no quadro político. (ANDRADE, 2009, p. 269).

Assim, a relação entre Brasil e Estados Unidos “extrapolou o nível da econômico; ela alcançou inúmeros segmentos da vida latino-americana. A América do Norte passou a ser o novo “empório” de ideias” (ANDRADE, 2009, p. 275) o que conseqüentemente também refletiu no Serviço Social brasileiro, “que buscou, no correlato norte-americano, desde o suporte filosófico, as teorias do conhecimento que dessem conta, principalmente, de responder as necessidades, até um suporte teórico-científico e técnico para a prática profissional”. (ANDRADE, 2009, p. 275).

Ponto marcante desta relação foi a participação brasileira no Congresso Interamericano de Serviço Social no ano de 1941, “Inaugurou-se com o sistema de bolsas, o período de influência norte-americana, com reflexos claros no currículo das escolas” (ANDRADE, 2009, p. 275).

Como coloca a autora “Mary Richmond foi a primeira a escrever sobre a diferença entre fazer assistência social, caridade, filantropia e o Serviço Social.” (ANDRADE, 2009, p. 276).

Richmond secularizou a profissão e, ao mesmo tempo, ofereceu as bases técnicas e as formas de trabalhar nas quais os assistentes sociais se reconheceram. Por trás das ideias de Richmond, há uma clara e identificável concepção funcional de sociedade, elaborada pela sociologia norte-americana. E essa mesma sociologia norte-americana somada ao arsenal técnico de Mary Richmond, Gordon Hamilton, Helen Perlman, Florence Hollis, entre outros, conferiram uma autoridade advinda do saber fazer específico, distinto do senso comum, aos assistentes sociais no Brasil. (ANDRADE, 2009, p. 276).

Nesse período, além do desenvolvimento de métodos especiais individuais e grupais, iniciou-se também a prática da organização e do desenvolvimento comunitário (AGUIAR, 2011). Com a superestimação da tecnologia, considerada autônoma e objetiva, e baseada na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve por meio de serviços sociais de caso, serviços sociais de grupo e serviços sociais comunitários.

Assim como houve os acordos na área financeira, aconteceram os da área cultural. Em termos de Serviço Social, esses acordos significaram a mudança na sua prática com a importação de técnicas de Serviço Social de Casos de início, depois de Serviço Social de Grupo e de Comunidade. Quando os assistentes sociais foram estudar nas universidades americanas, o chamado Serviço Social de Caso era o mais desenvolvido. O Serviço Social de Caso recebeu, de início uma influência da Sociologia, mas é a Psicologia que fundamentará esse método; há a preocupação com o indivíduo, suas emoções e sua personalidade. (AGUIAR, 2011, p. 83).

Nesse contexto, Aguiar vai descrever sobre o surgimento da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS:

Nascida sob a orientação católica, sua fundação se deu em 1946, por assistentes sociais católicas, sob a liderança de D. Odila Cintra Ferreira, da Escola de Serviço Social de São Paulo e, durante muito tempo, a concepção católica se fez presente. Tendo em vista seus objetivos de ensino, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social “exerceu um papel extremamente relevante no sentido de imprimir unidade no ensino das Escolas de Serviço social, na discussão dos currículos e dos grandes temas. (AGUIAR, 2011, p. 53).

E de sua importância na formação dos Assistentes Sociais:

Na formação do Assistente Social brasileiro e na organização das Escolas de Serviço Social, foi preponderante a atuação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS. Esteve presente nos diferentes momentos do Serviço Social: em sua fase inicial católica, nas discussões em torno do desenvolvimento e na intervenção do Serviço Social, na reconceituação e outros. Sua atuação aconteceu por intermédio de suas convenções, da assessoria que sempre deu às escolas espalhadas pelo Brasil e dos cursos de aperfeiçoamento de docentes. (AGUIAR, 2011, p. 53).

Sobre o Serviço Social Norte Americano, este era marcado pelo tecnicismo, provém de fontes psicanalíticas, bem como do positivismo e do funcionalismo/sociologia sistemática. Seu foco está na ideia de ajustamento e ajuda psicossocial. Nesse período, além do desenvolvimento de métodos especiais individuais e grupais, iniciou-se também a prática da organização e do desenvolvimento comunitário. Com a superestimação da tecnologia, considerada autônoma e objetiva, e baseada na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve por meio dos “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”. (CRESSMT, 2015, online).

Assim como houve os acordos na área financeira, aconteceram os da área cultural. Em termos de Serviço Social, esses acordos significaram a mudança na sua prática com a importação de técnicas de Serviço Social de Casos de início, depois de Serviço Social de Grupo e de Comunidade. Quando os assistentes sociais foram estudar nas universidades americanas, o chamado Serviço Social de Caso era o mais desenvolvido. O Serviço Social de Caso recebeu, de início uma influência da Sociologia, mas é a Psicologia que fundamentará esse método; há a preocupação com o indivíduo, suas emoções e sua personalidade. (AGUIAR, 2011, p. 83).

Vale ressaltar também que nesse período, ocorreu os intercâmbios com as escolas americanas, por meio do programa de bolsas. Visões do serviço social brasileiro na bibliografia sobre positivismo e funcionalismo utilizada por estudantes brasileiros. Os métodos e tecnologias também são importados dos Estados Unidos, e não foram estabelecidas críticas e adaptações para garantir a plena ou compatibilidade com a realidade brasileira.

Segundo o autor “como o Serviço Social brasileiro carecia de um aparato instrumental, o Serviço social norte-americano aparece como solução. E essa influência virá até nós pelas bolsistas, que foram estudar na América do Norte” (AGUIAR, 2011, p. 83). Sobre esse período, Carmelita Yazbek (2009, p. 58) coloca que: “A influência norte-americana está relacionada neste início, principalmente aos aspectos de instrumentação para o Serviço Social”. E ainda – falando da passagem da fase franco-belga para a americana – “[...] em contraposição a um período pleno de conteúdos filosóficos, começa a impor uma fase de conteúdo técnico e metodológico. Um grande esforço, no sentido de racionalização da ação do Serviço social começa a se fazer notar”. (YAZBEK, 2009, p. 58).

A década de 1950, é marcada por conflitos na realidade socioeconômica e política brasileira, com o surgimento de uma nova economia industrial urbana e a crise existente no governo Juscelino Kubitschek, que desencadeou os movimentos sociais, trouxe a necessidade de criar entidades de ajuda para atender às demandas e controlar as lutas sociais.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014) a implantação do Serviço Social acontece durante esse processo histórico. Não estará fundada sob a opressão do Estado, mas surge da manifestação por livre iniciativa de grupos e frações de classe, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. “Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, 135).

Quando em 1950, o Estado inicia o processo de regulamentação das profissões e ofícios no Brasil, o Serviço Social é uma das primeiras profissões da área social a ter sua regulamentação profissional aprovada, Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, mas, em 15 de maio de 1962, um novo decreto determinou em seu artigo 6º, que seria disciplinado e fiscalizado em seu exercício profissional pelo Conselho Federal de

Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). A criação e funcionamento dos Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm origem nos anos 1950, quando o Estado regulamenta profissões e ofícios considerados liberais. Nesse patamar legal, os Conselhos têm caráter basicamente corporativo, com função controladora e burocrática. São entidades sem autonomia, criadas para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho. (CRESSGO, c2017 p. 1).

Em 1960, chega ao Brasil e na América Latina, o Serviço Comunidade ou Desenvolvimento da Comunidade (CD). A princípio norteado pelo conceito de doença social, anormalidade e a necessidade de equilíbrio do estrangulamento social, este tipo de prática profissional posteriormente evoluiu para o pensamento de subdesenvolvimento e atraso econômico. Após o governo JK (fechado 1960) e seu lema progressista “Cinquenta Anos em Cinco”, o Serviço Social inspira-se nas ideias de ‘desenvolvimentistas’, que visam tirar o país do atraso”, por meio de esforços para trazê-lo para a modernidade capitalista industrializada, e irá contar com o esforço da população e do governo. (TRINDADE, 2017, p. 13).

É, pois, a partir do governo Juscelino Kubitschek, principalmente no seu final, que o Serviço Social entra incisivamente no trabalho de comunidade, e assume a postura desenvolvimentista. Até a década de 1960, o Serviço Social possuía basicamente uma postura: desenvolver seu trabalho em plena consonância com os governos então no poder. Era partidário de reformas que viessem racionalizar melhor o sistema capitalista e que pudesse inserir as populações do setor atrasado ao moderno. Essa posição recebeu a base ideológica do governo Juscelino Kubitschek e terá o apoio de Jânio Quadros que, em discurso, manifestar expressamente a importância do Serviço Social junto ao processo de desenvolvimento e mobilização popular. (AGUIAR, 2011, p. 121).

Dentro dessa década também, inicia-se o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, que se manifestou na renovação do tradicionalismo profissional e na busca de uma ruptura com o conservadorismo.

A partir de 1960, começa a haver uma ruptura por parte daqueles que começam a assumir uma postura na visão dialética, inclusive na sua versão materialista. É a partir da década de 1960 que vemos o movimento de reconceituação de Serviço Social. Sabemos que não existe filosofia do Serviço Social, mas que no decorrer de sua história e em contextos diferentes, embasa sua teoria e sua prática em diferentes filosofias. Uma delas foi o neotomismo. (AGUIAR, 2011, p. 55).

Nesta época o Serviço Social tradicional entra em crise como afirma José Paulo Netto:

A crise do Serviço Social “tradicional”, no entanto, esteve longe de configurar-se como um processo restrito às nossas fronteiras. Em verdade, vindo à tona nos anos sessenta, ela é um fenômeno internacional, verificável, ainda que sob formas diversas, em praticamente todos os países onde a profissão encontrara um nível

significativo de inserção na estrutura sócio ocupacional e articulara algum lastro de legitimação ideal. (NETTO, 2015, p. 186).

Em abril de 1964, acontece o golpe militar, e com isso as mobilizações populares são intensificadas através dos movimentos estudantis, o que leva a aproximação do Serviço social com o marxismo. Dentro dessa perspectiva, Netto (2015) explicita:

No momento de sua emersão, o projeto de ruptura aproxima-se da tradição marxista especialmente pelo viés posto pela militância política – no que, recorde-se, conjuga-se o protagonismo oposicionista das camadas médias urbanas e a mobilização estudantil do período de 1964-1968. Todas as indicações disponíveis convergem no sentido de sugerir que a interação entre os profissionais originalmente envolvidos no projeto da ruptura e a tradição marxista opera-se pela via política (frequentemente, político-partidária: mormente via os agrupamentos de esquerda influenciados pela Igreja, situados fora do leito histórico do PCB). Dadas as circunstâncias da época, esta aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática etc. (NETTO, 2015, p. 341).

Em 1965, na cidade de Porto Alegre, ocorre o 1º Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, originado por diversos professores gaúchos, que se articularam com colegas uruguaios e argentinos, os encontros impulsionaram o Movimento de Reconceituação Latino Americano.

O Brasil teve uma presença pioneira nesse movimento profissional latino americano. Período este que se coincidiu com a ditadura militar no país, no qual fez o debate assumir outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos (SANTOS L. L., 2007).

A partir do Movimento de Reconceituação, segundo Netto (2015), é desenvolvida uma disputa entre projetos políticos que divergem no interior da profissão. Uma disputa é polarizada por três vertentes teórico-metodológicas denominadas: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

No que se refere a este último, conforme Netto (2015), o movimento de reconceituação foi um momento de intenção de ruptura com o conservadorismo profissional e assim construção do projeto ético político.

Ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. É este movimento, localizável praticamente em todos os países ao sul do Rio Grande, que permite uma espécie de grande união profissional que abre a via a uma renovação do Serviço Social. Ela é o ponto de partida para o processo que se esboça em 1965 e que, genericamente, tem como objetivo expresse adequar a profissão às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental – e que sensibilizavam o Serviço Social pelos mesmos condutos e sujeitos que,

internacionalmente, como vimos, forçavam e paramentavam alterações profissionais. (NETTO, 2015, p. 191).

Na década de 1970, o Serviço Social passou a incorporar parte da sociedade ao quadro de funcionários. Isso permitiu maior convivência o que condicionou no estabelecimento de um diálogo com as ciências sociais e está próxima do movimento de esquerda, especialmente do sindicalismo combativo e de classe que renasceu nesta situação. Os profissionais estendem suas atividades ao campo da pesquisa, gestão, planejamento, monitoramento e avaliação de projetos sociais, bem como às atividades de implantação e formulação de ações de assessoramento aos departamentos de epidemias. O ponto de vista tecnocrático é cada vez mais questionado porque é considerado uma ferramenta de governo de classe que serve aos interesses do capitalismo.

Em síntese, o Movimento de Reconceituação expressa amplo questionamento da profissão, suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos-políticos, procedimentos operativos e formação profissional. Denuncia-se, assim, a pretensa neutralidade político-ideológica do Serviço Social, que assume o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos de trabalhadores marginalizados. Como resultado, a profissão assume um novo projeto, comprometido com as demandas das classes trabalhadoras. (TRINDADE, 2017, p. 14).

Com a evolução do processo de reconceituação do Serviço Social, que se esvazia em 1975, vai deixar explícito sua heterogeneidade na elaboração e nos pressupostos teóricos que irá dissipar a unidade de sua emersão.

Para Netto (2015):

O primeiro deles refere-se à relação com a tradição marxista. É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista – e o fato central é que, *depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxista deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais.* (NETTO, 2015, p. 193, grifo do autor).

Ainda segundo o autor “O segundo elemento importante introduzido no curso do processo de que estamos cuidando foi uma nova relação dos profissionais no marco continental. É certo que os mecanismos de interação entre os profissionais latino-americanos são antigos.” (NETTO, 2015, p. 195).

Nestes termos, os anos 1980 não foram apenas momentos importantes para os brasileiros, mas também momentos importantes para o serviço social. A intensidade de todos os movimentos sociais, a abertura política no Brasil, a discussão e compreensão das teorias sociais em torno de Marx e seus signatários, a inserção das tradições marxistas e a

promulgação da Constituição Federal em 1988 permitem ampla reflexão sobre o setor em todos os aspectos.

Para Trindade (2017, p. 15).

A década de 1980 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere ao estabelecimento de novas bases para a compreensão do passado, das particularidades de sua prática na sociedade, da relação com o Estado e da posição frente às demandas sociais. Constrói-se, nos campos da produção teórica e do exercício profissional, uma nova face para o Serviço Social, distinta da herança de suas origens, que se distancia das esferas patronais e incorpora os interesses da classe trabalhadora.

Um momento que marcou a história da ABESS foi em 1996, com a mudança do nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), sob a justificativa de defender os princípios da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior.” (ABEPSS, c2021).

Uma marca na trajetória da ABESS/ABEPSS tem sido o processo democrático expresso na participação intensa dos sujeitos que constroem a formação profissional, com debates enraizados nas unidades de formação acadêmica, nas regionais e em nível nacional. Tem sido assim, desde o currículo mínimo de 1982 que significou a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, o que se consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada pela Comissão de Especialistas em documento de 1999 e, com a aprovação da Política Nacional de Estágio (PNE) em 2012. (ABEPSS, c2021).

Os anos de 1980, foram marcados pela democracia, e pelo início dos debates sobre a ética do serviço social, buscando romper com a ética neutra e o tradicionalismo filosófico baseado na ética neotomista e no humanismo cristão. No código de ética profissional adotado em 1986, a ideia de “*compromisso com as classes trabalhadoras*” foi claramente assumida (BARROCO, 2009). O código também trouxe outro avanço: quebrou o corporativismo profissional e criou uma compreensão do valor das reclamações (incluindo reclamações feitas por usuários). No âmbito da formação profissional, por meio da revisão curricular de 1982, procurou-se superar a teoria-metodologia e o tradicionalismo ético-político. Além disso, há a democratização das entidades de categoria, O CFESS / CRESS, em conjunto, supera a lógica do reconhecimento de firma, que se reflete de forma destacada no processo de consolidação do projeto de ética e política do serviço social.

Abrindo-se por volta dos anos 1982-1983, favorecido pela conjuntura da transição democrática, ele assinala a inserção e o protagonismo (e já insistimos o suficiente

sobre este aspecto) que pode induzir o observador desavisado a supô-lo hegemônico. O fato é que a incidência do projeto da ruptura, a partir do segundo terço da década de 1980, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais. Numa palavra: a partir de meados dos anos 1980, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil- evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo. (NETTO, 2015, p. 339).

Já na década de 1990, a flexibilização da economia e a reorganização do mundo do trabalho, a redução do Estado e a recuperação dos direitos sociais podem ser vistos no âmbito do Serviço Social. Nessa década, é mostrado a transformação causada pela reorganização produtiva, na qual foi introduzida novas formas de produção e organização no mundo do trabalho, portanto, houve um aumento considerável nos serviços, com a adição de trabalhadores neste campo e a redução de trabalhadores industriais. Levante fatos sobre a questão central do trabalho. Portanto, no ambiente teórico, principalmente no serviço há muita turbulência na sociedade: é preciso afirmar isso a centralidade do trabalho, em um ambiente fértil e adequado para produção.

A partir dos anos de 1990, o contexto brasileiro apresentava transformações advindas da reestruturação produtiva, em que foram introduzidas novas formas de produção e de organização no mundo do trabalho, em decorrência, apresentou-se aumento considerável dos serviços, com a conseqüente inserção dos trabalhadores neste ramo e a diminuição dos operários nas indústrias. Fato que gerou questionamentos sobre a centralidade do trabalho. Conseqüentemente, no meio teórico, especialmente do Serviço Social, houve muita inquietação: havia necessidade de se afirmar essa centralidade do trabalho. Contexto apropriado e fértil, para as produções teóricas que procuravam sedimentar e confirmar tal centralidade, agora discutindo a relação trabalho X questão social, pontuando-a como um do eixo central teórico do Serviço Social. (CARNEIRO, 2013, [p. 1]).

Sendo assim o neoliberalismo passou a ser implementado, enquanto modelo ideal, pelos países capitalistas, partindo inicialmente do centro até alcançar os países subordinados, “contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como FMI.” (ANTUNES, 2009, p. 187).

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente. (HARVEY, 1992; MCILROY, 1997; BEYNON, 1995 apud ANTUNES, 2009).

Vê-se que se trata de uma processualidade complexa que podemos assim resumir:

1) há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentuam seus traços destrutivos;

- 2) deu-se o fim do Leste Europeu, onde parcelas importantes da esquerda se social democratizaram;
- 3) esse processo efetivou-se num momento em que a própria socialdemocracia sofria uma forte crise;
- 4) expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões. (ANTUNES, 2009, p. 187).

O setor de serviço social ampliou seu campo de atuação e passou a atuar no chamado terceiro setor, na comissão de direitos e na assessoria. Ao discutir sua trajetória de carreira, ele redefine o uso de ferramentas técnico-operacionais e criou novas ferramentas que atuam como intermediárias para o alcance de objetivos, no sentido de capacidades morais, políticas e teóricas, e estão relacionadas à defesa dos valores sociais centrais. De libertação. Partindo do pressuposto de que a formação continuada é necessária, o Ministério dos Serviços Sociais procura ultrapassar as práticas técnicas, ditas neutras, diretas ou voluntárias.

A substituição gradativa e intencional das funções do Estado de Bem-Estar Social pelo chamado Estado Mínimo, resultado de implantar a gradativa política neoliberal, levou o sucateamento das políticas sociais públicas. Embora o Estado de Bem-Estar Social nunca tenha sido implantado efetiva e amplamente no Brasil, não podemos desconsiderar ações sociais de iniciativa pública, porém de importante presença no atendimento à questão social brasileira, fortalecida, a partir de 1988, pela Constituição Federal contínuo de diversas leis orgânicas relacionadas ao atendimento a diferentes áreas e segmentos, que as promulgaram como dever do Estado e direito do cidadão. (SIMÕES, 2009, p. 341).

2.2 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Os projetos que norteiam as profissões, conforme José Paulo Netto em seu artigo, *A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social (1999)* são:

A auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais. (NETTO, 1999, p. 4).

Portanto, os projetos de uma sociedade, como afirma Netto (1999), são coletivos, de classe e fundamentalmente possuem uma dimensão política, “que envolve relações de poder”. (NETTO, 1999, p. 3). Importante salientar que, para Netto (1999): “os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de

condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes”. (NETTO, 1999, p. 3).

Ainda definindo os projetos profissionais, o autor afirma que estes possuem “estruturas dinâmicas” e dimensões políticas que não podem ser suprimidas, todavia:

Nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas. Não é por acaso que o conhecido pensador lusitano Antônio Sérgio, numa passagem notável, tenha observado que *“aquele que diz não gostar de política, adora praticar política conservadora”*. (NETTO, 1999, p. 5, grifo nosso).

Assim, caracteristicamente, um projeto profissional é composto por variáveis: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.”, (NETTO, 1999, p. 7); o que devido a sua complexidade não pode ser construído em um espaço de tempo pequeno.

Um componente imprescindível do exercício profissional, são os Códigos de Ética das profissões, pois são compostos por “uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética” e também englobam “as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais” dessa maneira, “a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional”. (NETTO, 1999, p. 8).

De acordo com Yasbek (2009) o Serviço Social em sua origem possuía uma relação com os ideais católicos:

Que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. (YASBEK, 2009, p. 3).

Dessa forma, a referência da profissão neste período era a “Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo” (YASBEK, 2009) destacando-se neste contexto as encíclicas “Rerum Novarum” de 1891 e a “Quadragésimo Anno” do papa Pio XI de 1931, que trata sobre a questão social, abusandouma “renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja”. (YASBEK, 2009, p. 4).

Este conservadorismo católico, a partir da década de 1940, passa “a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte americano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista”. (YASBEK, 2009, p. 4). Diante da matriz positivista, o Serviço Social brasileiro, encontra a possibilidade de ampliar seu referencial técnico, segundo a autora: “Este processo [...] caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais)”. (YASBEK, 2009, p. 5).

O Positivismo e influência da igreja católica estão bem explicitados no Código de Ética aprovado em 1947, que proclama em sua introdução:

- I- Moral ou ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal.
- II- A moral aplicada a uma determinada profissão recebe o nome de ética profissional, relacionada com o serviço social, pode ser chamada de deontologia do serviço social.
- III- A importância da deontologia do serviço social provém do fato de que o serviço social não trata apenas de fator material, não se limita a remoção de um mal físico porra uma transação comercial ou Monetária: trata com pessoas humanos desse ajustadas empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.
- IV- A observância dos princípios da deontologia no serviço social exige, da parte do assistente social, uma segura formação em todos os ramos da moral. (ABAS, 1947, p. 1).

Yasbek (2009) afirma que a visão positivista não busca mudanças, “senão dentro da ordem estabelecida” pois:

Esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a “busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais” (YASBEK, 1984, p. 71 apud YASBEK, 2009, p. 6).

Este referencial só é questionado no “início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado”. (YASBEK, 2009, p. 6).

É durante as mudanças enfrentadas pela sociedade brasileira com a implementação do Golpe Militar de 1964, que novos questionamentos teóricos acontecem na profissão:

É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (YASBEK, 2009, p. 7).

O Código de Ética, aprovado em 8 de maio de 1965, corrobora com o pensamento da autora, considerando que:

- A formação da consciência profissional é fator essencial em qualquer profissão requer um código de ética constitui valioso instrumento de apoio e orientação para os assistentes sociais;
 - O serviço social adquire no mundo atual uma amplitude técnica e científica, impondo aos membros da profissão maiores encargos e responsabilidades.
 - Só a luz de uma concepção de vida baseada na natureza e destino do homem poderá ser de fato o serviço social desempenhar a tarefa que lhe cabe na complexidade do mundo moderno,
- Um código de ética se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos.
- O Conselho Federal de Assistência Sociais- CFAS, no uso de suas atribuições conferidas pelo item quarto do art. 9º do regulamento aprovado pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962, resolve aprovar o código de ética alicerçado nos direitos fundamentais do homem e as exigências do bem comum, princípios reconhecidos pela própria filosofia do Serviço Social. (BRASIL, 2012).

O período da Repressão política no Brasil devido a Ditadura Militar, marca de forma negativa as ciências sociais, bem como a profissão, pois “depois de avançar em uma produção crítica nos anos 60/70 (nos países onde isso foi permitido) é obrigada a longo silêncio”. (YASBEK, 2009, p. 7):

É incontestável que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma fórmula assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. (NETTO, 2005, p. 128).

Os anos seguintes da profissão são marcados pela:

Vertente modernizadora caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Estas opções configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional. (NETTO, 1994, p. 164 apud YASBEK, 2009, p. 8).

Os principais pontos do Código de Ética do ano de 1975, que exemplificam as mudanças na profissão são, portanto:

Regulamentar uma profissão antes de corresponder aos reclamos da classe, atende ao mais elevado e marcante interesse social:

O valor central que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana. Reveste-se de essencial importância uma concepção personalista que permita ver a pessoa humana como o centro, objeto e fim da vida social.

Dois valores são essenciais à plena realização da pessoa humana:

I – Bem comum considerado como conjunto das condições materiais e morais concretas nas quais cada cidadão poderá viver humana e livremente;

II – Justiça social, que compreende tanto o que os membros devem ao bem comum, como o que a comunidade deve aos particulares em razão desse bem. (BRASIL, 2012).

As tendências histórico-metodológicas do Serviço Social na década de 1980 estão, conforme Yasbek (2009), na adoção do Marxismo como referência analítica:

Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. (YASBEK, 2009, p. 11).

Este novo processo de construção de referenciais teórico-metodológicos e interventivos, partindo da visão marxista para a profissão acontecem em expansivo debate em “diferentes fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa” (YASBEK, 2009, p. 11), além da produção intelectual da profissão, visivelmente demonstrado no Código de Ética Profissional do Assistente Social aprovado em 09 de maio de 1986:

A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da *categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora*. (CFESS, 1986, p. 1, grifo nosso).

O presente Código de Ética Profissional do Serviço Social é resultado de um amplo processo de trabalho conjunto, desencadeado a partir de 1983. Em diferentes momentos deste processo, os Assistentes Sociais foram solicitados através do CFAS/CRAS e demais entidades de organização da categoria a dar contribuições e a participar de comissões, debates, assembleias, seminários e encontros regionais e nacionais. Seu conteúdo expressa princípios e diretrizes norteadores da prática profissional determinados socialmente, e traz a marca da conjuntura atual da sociedade brasileira.

Constitui-se em parâmetro para o profissional se posicionar diante da realidade, disciplinando o exercício profissional no sentido de dar garantia à nova proposta da prática dos Assistentes Sociais. Os princípios e diretrizes norteadores da prática profissional estão expressos neste Código sob forma de direitos, deveres e proibições, agrupados em títulos e capítulos. Com caráter introdutório, serão destacados aqueles que dão indicações de uma nova ética, tendo como referência o encaminhamento da prática profissional articulada *às lutas da classe trabalhadora*”. (BRASIL, 2012, grifo nosso).

Neste contexto histórico, após a Constituição Federal de 1988, os profissionais “iniciam o processo de ultrapassagem da condição de executores de políticas sociais, para assumir posições de planejamento e gestão dessas políticas”. (YASBEK, 2009, p. 14). A profissão passa por um período denominado por José Paulo Netto (1996, p. 108), segundo a autora de “maturação”:

Maturação que expressa na passagem dos anos 80 para os anos 90 rupturas com o seu tradicional conservadorismo, embora como bem lembre o autor “essa ruptura não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional” (p. 111). Pois, a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. (apud YASBEK, 2009, p. 13).

Este crescimento da profissão, se expressa significativamente na produção teórica da produção (YASBEK, 2009, p. 12), inclusive no posicionamento do Código de Ética pós Constituição Cidadã:

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência ressuscitou as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação.

Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A dinâmica deste processo que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. (BRASIL, [2012], p. 19).

2.2.1 Movimento de Reconceituação

O Movimento de Reconceituação foi um importante momento do Serviço Social, pois inicia-se daí uma nova visão acerca da prática profissional, buscando uma renovação de análise crítica da realidade social, conseqüentemente uma melhoria de desempenho no agir profissional ao atender as demandas da questão social, regulado em bases teórico-metodológicas que procuravam ultrapassar as práticas tradicionais do Serviço Social:

Por Reconceituação entende-se todo um processo de questionamento da profissão do assistente social, que se estendeu pela América Latina e que, iniciado nos anos 60, tem repercussões e desdobramentos até os dias de hoje. Esse movimento reuniu diferentes correntes de pensamento, que tinham entre si um ponto de convergência inicial: o fato de serem contestárias de um Serviço Social marcado pelo seu posicionamento mantenedor do status quo. (QUIROGA, 1991, p. 86-87).

Conforme afirma José Paulo Netto (2015), a reconceituação do serviço social brasileiro teve seu primeiro marco no seminário realizado em Porto Alegre no ano de 1965, porém este momento de críticas e de tentativas de revisões da prática profissional se dá dentro da efervescência da ditadura militar, onde o serviço social, mesmo que de impulsionado à reconceituação, está posicionado para acatar às exigências do sistema capitalista vigente, assegurando assim o ajuste da população para o desenvolvimento econômico.

A reconceituação do Serviço Social, afora ser um grande marco para a profissão, foi a transformação do Serviço Social perante a realidade, foi sobretudo a tentativa de construir um serviço social questionador, crítico, foi também a tentativa de formulação de novas teorias e investimento em pesquisa. Conforme Faleiros (2005):

[...] a reconceituação do serviço social como um movimento, que tem se caracterizado, para muitos de nós, como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista” (FALEIROS, 2005, p. 22).

Para nos atualizarmos no processo histórico da reconceituação, se faz necessário pontuar o momento histórico do Brasil no período, ou seja, a ditadura militar que iniciou em 1964. Durante a ditadura militar, precisamente no ano de 1967, acontece o encontro de assistentes sociais na cidade de Araxá, no estado de Minas Gerais. A esse movimento do Serviço Social, José Paulo Netto nomeia de “Perspectiva Modernizadora”:

A Perspectiva Modernizadora [...] constitui a primeira – sob todos os aspectos – expressão do processo de Renovação do Serviço Social no Brasil. Emergente desde

o encontro de Porto Alegre, em 1965, ela encontra a sua formulação afirmada nos resultados do primeiro “Seminário de Teorização do Serviço Social, promovido pelo CBCISS na estância hidromineral de Araxá (MG), entre 19 e 26 de março de 1967, e se desdobra nos trabalhos do segundo evento daquela série [...] em Teresópolis (RJ). (NETTO, 2015, p. 213).

O Seminário de Araxá reuniu trinta e oito assistentes sociais para uma análise da prática profissional, gerando conseqüentemente um documento, que foi fundamental para o movimento de reconceituação, uma tentativa de ajustar a profissão à modernidade e uma busca pela teoria e metodologia no Serviço Social. Existia uma urgência em romper o condicionamento de uso exclusivo dos processos de Caso, Grupo e Comunidade, revendo seus elementos constitutivos, incorporando novos métodos e processos, o que, de acordo com Jose Paulo Netto (2015), não acontece na realidade.

No documento de Araxá, Netto (2015) afirma que, aparecem os conceitos de macro e microatuação, onde a macroatuação seria uma atuação participativa e com total presença no planejamento e execução das funções e a microatuação, funções operacionais. A inserção da macroatuação na prática profissional foi marco essencial para os Assistentes Sociais, pois busca-se o exercício profissional como um executor presente e envolto com as relações sociais. O documento de Araxá indubitavelmente foi de real importância para a reconceituação, porém a ligação com o vínculo da profissão com a economia do país prevalece perante à reflexão, não repercutindo assim o necessário, mas ao mesmo tempo abrindo portas para a continuação da luta da profissão. (NETTO, 2015).

Ainda no período da repressão política, acontece o Seminário de Teresópolis, segundo documento do Serviço Social na busca da reconceituação, no Rio de Janeiro, em 1970. O documento de Teresópolis constitui mais um ponto relevante dentro do movimento de reconceituação; focado na teoria metodológica para a profissão. O documento de Teresópolis favoreceu a uma reflexão relevante quanto à metodologia do Serviço Social, conforme afirma Netto (2015, p. 245, grifo do autor) “O que nele se cristalizou, sem sombra de dúvida, foi a determinação precisa do papel profissional como o de um real *funcionário do desenvolvimento*, em detrimento da retórica que o situava como ‘agente’ deste processo”.

Pode se chegar à conclusão que no documento realizado em Teresópolis o Serviço Social continuou sem evoluções expressivas quanto a sua atuação, frente ao sistema vigente pois:

[...] o *Documento de Teresópolis* equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da “modernização conservadora” conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital e as características socioeconômicas e político-

institucionais do desenvolvimento capitalista ocorrente em seus limites. (NETTO, 2015, p. 248).

A segunda perspectiva salientada por Netto (2015, p. 258) no movimento de Renovação do Serviço Social foi a “*Reatualização do Conservadorismo*”. Esta, teve como principais autores Fernandes (1978), Karsh e Martins (s.d), Paschoal (1980), Carvalho (1987), Albuquerque (1984), Pavão (1988) Dutra (1989). O seminário de Sumaré, sumamente, tenta diferenciar a teoria da prática, propiciando uma abertura ao pluralismo. O seminário de Alto de Boa Vista, representado por vinte e três profissionais e um estudante, foi um grande marco no desenvolvimento do Serviço Social, mesmo que muitas vezes não alcançaram os objetivos desejados. Vale ressaltar que neste mesmo período as lutas contra a Ditadura militar estavam no seu auge, como também a volta dos exilados com a Lei da Anistia, de 1979, que contribuiu para novos conceitos e reflexões acerca da luta por melhores condições de vida, refletindo diretamente no crescimento do Serviço Social.

Durante esses seminários, perpassaram algumas vertentes teóricas no movimento de reconceitualização do serviço Social, uma delas a fenomenologia. Netto (2015) aponta que nessa perspectiva “a demanda do aporte teórico do pensamento fenomenológico surge como a faceta mais proeminente das colocações significativas dos autores”. (NETTO, 2015, p. 267). Resumidamente, segundo a linha de raciocínio do autor, a Reatualização do Conservadorismo não impõe mudanças significativas no agir profissional pois mantém em seu seio algumas práticas conservadoras.

A partir do Método BH que a intenção de ruptura com o conservadorismo e a aproximação com a proposta Marxista acontece:

A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mas notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método Belo Horizonte”. É na atividade deste grupo que a intenção de ruptura se explicita originalmente em nosso país. (NETTO, 2015, p. 333).

Historicamente, segundo Netto (2015, p. [340]) a vertente seguinte dos caminhos da profissão foi a Tentativa de Ruptura: “das tendências renovadoras brasileiras, é a perspectiva da intenção de ruptura a que mais proximidade teve com o espírito crítico da reconceptualização”.

2.2.2 A ideia de compromisso com a classe trabalhadora

Cronologicamente, dentro da profissão de Serviço Social houveram mudanças cruciais na década de 1970, pois é nesse período que a profissão rompe com a burguesia e com o Capitalismo, voltando seu trabalho para a defesa de direitos da classe trabalhadora. Marco da ruptura como o conservadorismo da profissão, foi o método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, construído por jovens profissionais que buscavam uma nova visão para o Serviço Social, “elaboraram [...] uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico no plano da concepção e da intervenção [profissional] e no plano da formação” (NETTO, 2015, p. 334).

Foi no Método BH que aconteceu a aproximação real e expressiva da profissão com a teoria Marxista. Neste sentido, seguindo o pensamento do referido autor, observa-se que: “Quando se repõe no marco profissional” – e aqui claramente se trata da experiência de Belo Horizonte – “ela” – a aproximação à tradição marxista – é

[...] filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma chancelaram as deformações próprias dessa instrumentalização. Neste primeiro momento, pois, não é de estranhar que a perspectiva da intenção da ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista – de onde a reiteração de discussões sobre “idealismo”, “materialismo”, “ciência” e “ideologia”, “teoria” e “prática”, “prática teórica” etc. (NETTO, 2015, p. 341-342).

Mudanças essas que refletiram no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, conhecido hoje como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), realizado nos dias 23 a 28 de setembro de 1979, em São Paulo; este que ficou eternizado como o Congresso da Virada. Conforme José Paulo Netto (2015, p. [213]: “Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional”. Fato que merece destaque nesse congresso foi a substituição de participantes militares por trabalhadores na mesa de honra.

Ainda conforme Netto:

[...] a perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; *esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais.* (NETTO, 2015. p. 318, grifo do autor).

Portanto, renovar a face ao Serviço Social, passando a questionar seu vínculo histórico com os objetivos da parte que se encontrava no poder, contudo essa perspectiva se contrapunha à autocracia burguesa. A característica principal era a formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se propunham a procurar alternativas para a superação ao tradicionalismo positivista do Serviço Social.

A partir do Congresso da Virada que o Assistente Social desenvolve um pensamento crítico que existe um explorador e uma massa que é explorada pelo Capitalismo, essa mudança que foi sendo construída historicamente com determinação e conhecimento, demarcando sua direção ao lado da classe trabalhadora e não mais atendendo apenas ao conservadorismo:

É preciso que fique bem claro: o monopólio político conservador no Serviço Social nas instâncias e fóruns profissionais só pôde ser quebrado, ainda que tardiamente, quando da emersão do proletariado na arena política. Contudo, ele só pôde ser quebrado porque no interior da categoria profissional existiam reais potencialidades para tanto. (CFESS, 2009, p. 31).

2.2.3 A aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista

A obra escolhida para contextualizarmos o Serviço Social e sua aproximação com a tradição Marxista foi a de José Paulo Netto (2015): *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. Obra que pontua especificamente todos os pontos pertinentes ao presente artigo. Conforme o referido autor, a construção do grupo de Belo Horizonte foi um marco na história da profissão pois:

[...] configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender os critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes das camadas exploradas e subalternas. (NETTO, 2015, p. 350).

Ainda, segundo Netto, os trabalhos de Yamamoto também têm grande importância para o movimento de ruptura com o conservadorismo dominante na profissão no período aqui exposto, pois sua obra; “consiste no primeiro tratamento rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-

metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana”. (2015, p. 382).

O Movimento de ruptura proporcionou à profissão uma “*abertura e ampliação de horizontes ideoculturais*” e um “*elemento crítico*” que culminaria no confronto com ideias consideradas tradicionais na profissão (NETTO, 2015, p. 385).

A importância das teorias de Marx como norteadora do projeto ético-político do Serviço Social a partir dos anos de 1980, culmina com uma realidade histórica brasileira do levante da população por uma emancipação, na busca pela liberdade, na luta contra a opressão e melhoria nas condições de vida. É nesse contexto que podemos compreender sobre essa visão crítica contra o sistema capitalista e a favor da classe trabalhadora. Assim entendemos que é pertinente compreendermos um pouco sobre a vida de Marx para fundamentar a escolha da categoria profissional de Assistentes Sociais por essa perspectiva.

Netto (2012) na obra intitulada *O leitor de Marx* discorre sobre a obra de Karl Marx e destaca que é um “marco na cultura ocidental e teve um impacto sócio histórico, por isso tem uma relevância universal”. (NETTO, 2012, p. 7).

Para Netto (2012, p. 7-8) a obra de Marx está presente cada vez mais nos dias atuais. Enfatiza que com a crise terminal do “socialismo real” nos anos de 1980-1990 houve entendimento de que “Marx fora levado para o museu da antiguidade.” Porém na entrada do século XXI com o aumento das expressões da questão social e a “barbarização da vida” “fizeram Marx, retornar ao palco”.

Baseado nos estudos de Netto (2012) sobre Karl Marx temos uma análise da sua vida acadêmica até a vida política; o caminho traçado por Marx no comunismo; sua opção em ser comunista e seu legado teórico.

Marx nasceu em 1818 em Trévis. Em 1835 cursou direito. Se aproxima da filosofia hegeliana em 1841 onde inicia estudo sobre as obras de filósofo Hegel. Em 1841 obtém o grau de doutor no estudo da economia política. Em 1842 ingressa na atividade jornalística na Gazeta Renana na Alemanha. (NETTO, 2012).

Marx viveu em um período de miséria alemã, que diferentemente de outros países da Europa que estavam na consolidação da proposta capitalista, ainda, havia presença de burocratas de raiz feudal e submetida a dominação da nobreza fundiária. (NETTO, 2012).

Em seus primeiros artigos defendeu a liberdade da imprensa e apontava a falta de acesso a direitos dos camponeses, matinha críticas ao modelo de sistema alemã o que causou repressões ao jornal tendo que se demitir em 1843. Em 1844 Marx conhece Friedrich Engels

com quem vai manter uma longa amizade e companheirismo na luta a favor da classe trabalhadora. (NETTO, 2012).

Em 1844 Marx ingressa no campo da crítica radical contra a sociedade capitalista e passou a se identificar como revolucionário, tornou-se comunista. Passou a frequentar os meios operários franceses mantendo uma relação mais próxima do trabalhador e passou a ter um olhar crítico e científico sobre a situação pela qual passava os trabalhadores. “Vincula-se ao proletariado assumindo sua perspectiva de classe e seus interesses emancipatórios universais”. (NETTO, 2012, p. 14).

Em 1847 Marx e Engels fundaram em Bruxelas a Sociedade Operária Alemã ocasião em que realizou inúmeras palestras e encontros com os trabalhadores e reunião esses documentos em publicação em 1948 sob o título de Trabalhador Assalariado e Capital. (NETTO, 2012).

Em 1847 ingressa na Liga Comunista, sendo que ele e Engels foram eleitos para a diretoria central e iniciam movimentos, encontros, palestras e a organização até 1948 do Manifesto do Partido Comunista. Nesse cenário o comunismo ganha notoriedade e materialidade, “aparece como uma realidade concreta e não utópica” (NETTO, 2012, p. 19).

Em 1848 explode a Revolução Francesa, sendo um divisor de águas na realidade da sociedade capitalista, e é nesse contexto que o proletariado emerge na história de classe para “si”. Em 1949 Marx torna possível essa insurreição da classe trabalhadora e participa de movimentos conclamando a força democrática e proletária a resistência. Em repressão a sua ação foi exilado e vai para França. (NETTO, 2012).

Mesmo exilado Marx continuou escrevendo e impulsionando os movimentos da classe trabalhadora. Em 1850 organiza periódicos para o jornal à Nova Gazeta Renana e até 1852 continuou incentivando as lutas e resistência, mas, percebeu o esfriamento das lutas e assim pôs fim a Organização da Liga Comunista. (NETTO, 2012).

No período de 1852 Marx apresentou precárias condições de vida e de trabalho. Sendo inclusive sustentado pelo amigo, Engels. Em 1967 elaborou *O Capital. Contribuição à Crítica da Economia Política*, livro I. O livro II – cujo objeto foi o processo de acumulação de *O Capital*, saiu em 1885 e Engels organizou os documentos bem como a finalização do livro III – *Processo global da produção capitalista*, publicado em 1894. Vale destacar que Marx perdeu a esposa em 1881, o que ocasionou um afastamento dos debates, mas retornou novamente, continuou a escrever até 1881, quando veio a falecer em 1883, dois anos antes da

publicação do livro II. Desde o ano de 1860 desfrutava de uma vida descecente e viu reconhecerem sua obra. (NETTO, 2012).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa, foi baseada em assuntos teóricos, sendo abordada de forma analítica, por meio de fatos valorativos a respeito dos dados e demais documentos a serem coletados. Utilizou-se do método hipotético-dedutivo, que, por meio da refutação de algumas hipóteses retirando algumas falsas verdades, ou quando confirmadas foram analisadas de maneira mais detalhada.

Os procedimentos utilizados foram as pesquisas bibliográficas e documentais, que, por meio de estudos e análises de livros, leis, códigos de éticas, projetos e demais documentos, foram permitidos tecer comentários e análises a respeito das várias teorias apresentadas pelos autores descritos no referencial teórico.

4 RESULTADOS

O Serviço Social brasileiro da atualidade mostra uma face profissional e acadêmica transformada, se comparada com a de sua gênese; conforme relata Iamamoto (2009); uma face focada na defesa do trabalho e dos trabalhadores, no compromisso com a democracia, com a igualdade, com a liberdade e com a justiça social. Nessa perspectiva, a luta pela afirmação da cidadania e seus direitos, reconhecendo as necessidades reais e interesses dos indivíduos, é crucial na atualidade, para o desenvolvimento da sociedade; contrariamente ao que se buscava na profissão nos seus anos iniciais, o Serviço Social luta pelos direitos da classe trabalhadora.

Dessa maneira, de acordo com Iamamoto: “foi no contexto de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, [...] que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil.” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

O Serviço Social vem edificando assim, desde o fim da década de 1970, um projeto Ético-Político, pautado na dialética marxista, afirmando que “a práxis não se esgota no

trabalho embora ele seja sua forma primária” (BARROCO, 2009) “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho”. (NETTO; BRAZ, 2006)).

Portanto, segundo o Código de Ética do Serviço Social:

Construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. (BRASIL, [2012], p. 20).

O projeto ético-político teve, como movimento central para o seu desenvolvimento, a força política de várias lutas e movimentos dos trabalhadores brasileiros a partir dos finais da década de 1970 e década de 1980. E nesse mesmo sentido:

Com isso, evidencia-se que a formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional. (GUERRA, 2007, p. 9).

A mundialização do Capitalismo no início do século XXI repercute, de acordo com Iamamoto (2009), orbitando as políticas públicas, em seus já conhecidos epicentros de descentralização, falta de financiamentos e tolhimento de direitos e garantias inerentes ao trabalho. Consequentemente também dá nova dimensão as requisições dos assistentes sociais, a organização de suas atividades, e suas condições de trabalho:

Ela afeta radicalmente as condições de vida, de trabalho, assim como as expressões políticas e culturais dos distintos segmentos de trabalhadores aos quais se dirige a atividade profissional, em decorrência da radicalização das desigualdades em um contexto de retração das lutas sociais ante os dilemas do desemprego, da desregulamentação das relações de trabalho e da (re)concentração da propriedade fundiária aberta ao grande capital internacional. (IAMAMOTO, 2009, p. 14-15).

Por conseguinte, o exercício da profissão urge, segundo a autora, um sujeito profissional com competência para sugerir, para negociar com a instituição em que está inserido seus projetos, para atuar na defesa do seu campo de trabalho, de suas qualificações profissionais. Ainda, conforma autora citada acima:

Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO, 2009. p. 12).

Politicamente analisada, a atualidade política do Brasil está regida sobre o Neoliberalismo e os desmontes de direitos conquistados desde a Carta Magna de 1988. De acordo com Maria Beatriz Costa Abramides (2017):

O Neoliberalismo, gestão atual do Estado, configura-se em uma política econômica monetarista, de ampla privatização de empresas estatais e das políticas sociais, na desresponsabilização do Estado e de suas funções, concretizando o “Estado mínimo” para os trabalhadores e o “Estado máximo” para o capital. (ABRAMIDES, 2017, p. 22).

As primeiras formas do neoliberalismo no Brasil se realizaram no final do governo Sarney, em 1989, desconstruindo as conquistas dos trabalhadores com a Constituição de 1988. (ABRAMIDES, 2017, p. 370). Seguido pelo governo de Collor de Mello, que estabelece a liberalização comercial, estimulando a livre concorrência do mercado internacional e demissões em massa de trabalhadores. Conforme Abramides (2017), o neoliberalismo continuou no governo Itamar Franco aprofundando-se nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, com as contrarreformas da “Previdência Social, sindical, trabalhista, do ensino superior, e no avanço das privatizações das estatais rentáveis”. (ABRAMIDES, 2017, p. 370).

Ainda conforme a autora o Neoliberalismo continua em ambos governos de Lula e Dilma Rousseff, contraditoriamente aos princípios do Partido dos Trabalhadores, “construído a partir das lutas e movimentos sociais classistas nos anos 1980”. (ABRAMIDES, 2017, p. 370). O governo de Michel Temer (2016-2019) afunda ainda mais os desmontes de direitos dos trabalhadores:

Que tem ampliado e continuará expandindo as medidas de ataques aos trabalhadores e a juventude, em uma ortodoxia direita e neoliberal, [...], por meio de: privilegiamento no setor privado, privatização das estatais, contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, com mais cortes no orçamento para educação, saúde, habitação, com repressão ao movimento sociais, como a medida de desocupação das escolas sem mandado de reintegração de posse e prisão de estudantes secundaristas, as medidas de contra reforma serão acelerados e os ataques aos trabalhadores serão brutais. (ABRAMIDES, 2017, p. 375).

O projeto Ético-Político prevê um processo de luta, bem como a mobilização das massas, para que se possa reverter a atual conjuntura, imposta pelo capital:

Lutar por consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, anti-imperialista e socialista, no interior do processo de ruptura profissional com o conservadorismo. (ABRAMIDES, 2006. p. 37).

Ratificando o pensamento da autora, citamos ainda o Código de Ética da profissão, que afirma que é direito do Assistente Social: “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (BRASIL, [2012]. p. 34).

A tese aqui defendida neste trabalho é que a teoria social de Karl Marx está cada vez mais viva no projeto Ético Político as Profissão, pois Serviço Social brasileiro preza diariamente pela igualdade através da competência técnica, do compromisso ético-político com movimentos sociais defensores da classe trabalhadora e de seus direitos e de uma sociedade emancipada e liberta, superada todas as formas de e opressão e exploração humanamente possível:

Assim necessário se faz, fortalecer as lutas sociais para romper com a desigualdade, pois significa contribuir para que mulheres e homens, oprimidos/as pelo capital, se reconheçam e se constituam como sujeitos políticos e coletivos, que lutam aguerrida e cotidianamente em busca de liberdade e emancipação humana. (NEVES, 2017).

Portanto este trabalho está fundamentado no argumento que o Serviço Social contemporâneo, embasado na perspectiva dialética marxista visa a construção de um projeto societário composto pela emancipação e liberdade humana, conforme os princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, Lei 8.662 do ano de 1993, que afirmam:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade,

orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL, [2012], p. 23).

Marilda Villela Iamamoto (2009) em seu texto: “*As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo*”, afirma que vivemos em um momento histórico “de regressão de direitos e destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores, em nome da defesa quase religiosa do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização”. (IAMAMOTO, 2005, p. 1). Reafirmando esse pensamento, Soares (2003, p. 12) alude que:

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-situações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência com um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (apud IAMAMOTO, 2009, p. 3-4).

Contrapondo este cenário, estão as lutas e resistências diárias dos movimentos sociais:

Poderiam ser citadas, entre muitas outras: as lutas dos trabalhadores sem-terra pela reforma agrária; dos trabalhadores sem teto nas cidades; dos assalariados rurais e urbanos; o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; dos quilombolas em defesa de suas terras e de sua identidade, das mulheres do campo e da cidade pelo reconhecimento de seus direitos; dos velhos trabalhadores, hoje aposentados; dos afrodescendentes, pela preservação de suas raízes e direitos; e as expressões culturais de contestação da juventude trabalhadora da periferia das grandes cidades. (IAMAMOTO, 2009, p. 15).

Portanto, é nessa conjuntura contraditória que atua o assistente social, “na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo [...], situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair – ou deles fugir –, pois tecem a trama da vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2009, p. 16). Por conseguinte, este profissional possui como palavra de ordem atual a resistência, conforme retificado nas publicações do CFESS Manifesta de abril de 2015, com pautas debatidas e aprovadas de forma democrática e coletiva, com autonomia política e posicionamento democrático em defesa das causas pela,

Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial e com condições éticas e técnicas para o trabalho; Seguridade social ampliada, com políticas públicas, estatais, universais e de qualidade; Financiamento público das políticas de seguridade social, baseado na desoneração do trabalho, tributação das grandes fortunas e na gestão submetida ao controle da sociedade; Defesa intransigente do orçamento da seguridade social e do fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU); Democratização dos meios de comunicação; Responsabilização das pessoas responsáveis pela tortura e crimes de lesa-humanidade nos anos da Ditadura Militar

brasileira; Retirada das tropas brasileiras no Haiti, na defesa da soberania do povo haitiano e contra as violações de direitos humanos; Defesa do Estado laico; Posição contrária às previsões do Estatuto do Nascituro e do Estatuto da Família; Garantia dos direitos da população LGBT; Defesa da legalização das drogas, com ênfase na Política de Redução de Danos para situações de uso prejudicial, submetida ao controle social; Posição contrária à manutenção e regulamentação pública das comunidades terapêuticas; Defesa da descriminalização e legalização do aborto, compreendendo-o como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos; Negação da redução da idade penal e defesa do cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca); Reforma urbana e agrária – em que seja garantido o direito à terra, à moradia digna, os direitos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais, da população em situação de rua e de catadores e catadoras de materiais recicláveis; Reforço às lutas contra as opressões, em conjunto com movimento negro, indígena, de mulheres e demais movimentos sociais que lutam pela equidade de raça, etnia e gênero. (NEVES, 2017, p. 2).

Para Yamamoto (2009, p. 34) um desafio que a profissão apresenta na atualidade é a: “consideração unilateral das imposições do mercado de trabalho (que) conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado”. Os desafios do Serviço Social na atualidade, conforme autora explana, são inúmeros, dentre eles:

- 1) a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional;
- 2) rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país;
- 3) a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais;
- 4) a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta;
- 5) o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional. (IAMAMOTO, 2009, p. 38-39).

Para a autora, o caminho a seguir seria a recuperação para a análise da conjuntura, o produtivo trabalho de Marx: “uma forte interlocução crítica com o pensamento de diferentes extrações teóricas elaborado em sua época; e uma efetiva integração com as forças vivas que animam o movimento da classe trabalhadora em suas distintas frações e segmentos”. (IAMAMOTO, 2009, p. 39).

Na obra de István Mészáros, traduzida ao português em 2011, o autor Ricardo Antunes na parte introdutória descreve o significado da obra de Mészáros, sobre o pensamento marxista. Sobre a obra Antunes destaca:

Para além do capital é, entretanto, seu livro de maior envergadura e se configura como uma das mais agudas reflexões críticas sobre o capital em suas formas, engrenagens e mecanismos de funcionamento sociometabólico, Mezáros empreende uma demolidora crítica do capital e realiza uma das mais instigantes, provocativas e densas reflexões sobre a sociabilidade contemporânea e a lógica que a preside. (ANTUNES, 2011, p. 16).

A discussão é o debate sobre István Mészáros representa na contemporaneidade entender a crise do sistema capitalista e suas formas de controle. Assim como Marx, Mészáros volta-se na análise crítica da sociedade e sua realidade para a partir daí questionar o sistema capitalista. Nesse sentido Antunes (2011) aponta a forma e atuação do sistema capitalista, como sobrevive a crises, por meio do sistema sociometabólico enfatizado por Mészáros.

Portanto, para Mészáros, o sistema de sociometabolismo do capital é mais poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado. Essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas, e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema. Não basta eliminar um ou mesmo dois de seus polos. Os países pós-capitalistas, com a URSS à frente, mantiveram intactos os elementos básicos constitutivos da divisão social hierárquica do trabalho que configura o domínio do capital. A “expropriação dos expropriadores”, a eliminação “jurídico- política” da propriedade, realizada pelo sistema soviético, “deixou intacto o edifício do sistema de capital”. O desafio, portanto, é superar o tripé em sua totalidade, nele incluído o seu pilar fundamental, dado pelo sistema hierarquizado de trabalho, com sua alienante divisão social, que subordina o trabalho ao capital, tendo como elo de complementação o Estado político. Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital [...]. Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade. (apud ANTUNES, 2011, p. 16).

Mészáros (2011) descreve que a perspectiva de superação do capital não está na queda do Estado, mas, sim na categoria trabalho, especificamente, na condição do trabalho assalariado.

Marx advertiu os trabalhadores contra a ilusão de que a busca de “um salário justo por um dia justo de trabalho” poderia conduzir na direção da transformação almejada, dizendo-lhes que, ao contrário, “deveriam inscrever na sua bandeira o slogan revolucionário: ‘Abolição do sistema de salários’”. Ir para além do capital significa superar o modo de controle do capital como sistema orgânico: uma tarefa só possível como empreendimento global. (MÉSZÁROS, 2011, p. 917).

Para Mészáros (2011) os aspectos do socialismo e das questões que levaram esse sistema a apresentar-se como diluído no século XXI. Existe na realidade uma forma de controle do capital que inculca na reprodução social desse sistema. Para o autor a perspectiva é:

O principal impedimento para embarcar na realização do projeto socialista, assim como a alavanca estratégica a ser firmemente controlada para quebrar o círculo vicioso do sistema orgânico do capital, não é o poder repressivo do Estado – que pode ser derrubado em circunstâncias favoráveis –, mas a postura defensiva ou ofensiva do trabalho para com o capital. De fato, como as evidências históricas do século XX demonstraram, os sistemas pós-capitalistas se concretizaram com a derrubada dos seus respectivos Estados capitalistas; mas ainda assim eles permaneceram sob o domínio do capital, porque o trabalho pós-capitalista manteve sua postura defensiva e reativa no processo de controle da ordem socioeconômica e política pós-revolucionária. (MÉSZÁROS, 2011, p. 917).

Ainda, conforme Mészáros (2011) é possível ter uma sociedade socialista de fato na atualidade, são necessários utilizar os mecanismos do capital no fortalecimento da reprodução do ideário socialista, dessa forma o socialismo pode vir a ser e está apontando como a saída, frente as crises do capital. Dentro desse aspecto o autor considera que assim como no capital é necessário criar um mecanismo sociometabólico do socialismo, que permita produzir e reproduzir esse sistema, utilizando-se de todos os mecanismos e instituições.

Portanto, o objetivo real da transformação socialista – que ultrapassa a negação do Estado e das personificações do capital – só pode ser o estabelecimento de uma ordem sociometabólica alternativa autossustentada. Uma ordem da qual o capital – com todos os seus corolários, inclusive o denominado “mecanismo do mercado”, que na realidade não poderia ser outra coisa que não um “mecanismo” – tenha sido irreversivelmente removido. E isso significa que a remoção não se dá apenas na forma da inevitável transcendência crítica, mas, muito mais importante, pela apropriação positiva e pela melhoria contínua das funções vitais de intercâmbio metabólico com a natureza e entre os membros da sociedade pelos próprios indivíduos que se autodetermina. (MÉSZÁROS, 2011, p. 917).

É nessa perspectiva que entendemos a importância das teorias sociais de Marx e que seu legado resiste até hoje na concepção de que o capitalismo é a única forma de sociedade. Mészáros (2011), Antunes (2009, 2011), Iamamoto (2009, 2014), José Paulo Netto (1998, 1999, 2005, 2006, 2012), Yasbeck e tantos outros teóricos da contemporaneidade mantêm acesa a luta do empoderamento da classe trabalhadora, a partir de um olhar marxista que supere a exploração e desigualdade social mantida pelo sistema capitalista. Assim, consideramos que a teoria Marxista assumida pelo Serviço Social brasileiro, construiu o amadurecimento da categoria para a resistência contra o sistema capitalista e suas formas de exploração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar que somente a lógica capitalista e suas explicações rasas, não conseguem explicar de forma crível as relações existentes, advindas da exploração do homem pelo homem, para concretizar o acúmulo de riqueza de uns, tornando a vida empobrecida de outros, pois é bem sabido que o poder concentrado pelo capital em uma sociedade tipicamente capitalista, traz também em seu bojo, poder político, *status* social e esse mesmo poder coloca uns acima dos outros.

Além de ser uma sociedade que promove a desigualdade social, o sistema capitalista mante-se por condicionar todas as instituições sociais: família, Estado, Sociedade Civil, entre outras, na inculcação e produção do pensamento burguês, de alienação dos meios do trabalho, dos meios sociais, tudo sob controle. Assim é que o sistema capitalista amplia espaço para novas profissões para assegurar sua lógica e manutenção, daí emerge o Serviço Social. Portanto, só é possível pensar a profissão de Serviço Social na lógica da sociedade capitalista.

Na sociedade brasileira nos aspectos históricos o Serviço Social emerge como uma forma de caridade religiosa e com o passar dos anos e, o aumento da complexidade das sociedades, essa forma de caridade, passou a ser utilizada pelo Estado como forma de se fazer presente na vida de seus administrados, porém as pressões dos detentores, donos do capital, nunca deixaram que a justiça social fosse alcançada de fato, visto que, até para obtenção de mão-de-obra barata, não era interessante e prejudicava os negócios ao ponto dos trabalhadores perceberem-se como sujeitos de direitos e não como meros objetos, como foi o caso dos movimentos sindicais do início do século que, até por razões óbvias foram brutalmente reprimidos pelos Estados, também em resposta às pressões exercidas pelos donos do capital.

Para arrematar o antagonismo, sempre presente entre dominantes e dominados, entre donos do capital e rebelados dos desmandes autoritários, configuram o movimento histórico ou materialismo histórico dialético conforme concebido por Marx, nesse método configuram-se os meios para se alcançar um projeto societário da classe trabalhadora esse é o ponto de partida para o profissional do Serviço Social brasileiro a partir dos anos de 1980, que atua de maneira a emancipação, democracia e defesa intransigente dos direitos humanos.

Marx e Engels, já alertaram no Manifesto do Partido Comunista, a importância de não se individualizar, pois, somente com a união da classe trabalhadora, é que a hegemonia criada

pelo acúmulo de riqueza, pautados nos princípios da propriedade privada, poderão ser superados e assim ter-se-á a sociedade perfeita e mesmo que utópica, só a perseguição de seu ideal, faz com que os seres humanos, avancem e se percebam como sujeitos de direitos e não como meros objetos.

Marx e Engels, concebera e deram ao mundo, a via para verdadeira justiça social, nas seguintes palavras: “Proletários de todos os países, uni-vos!” Assim, entendemos como marxistas que a lógica é ampliar espaços sociometabólico, conforme afirma Mézsarós (2011), de ampliar os conceitos, cultura e sociabilidade de novos projetos, esvaziando cada vez mais, os espaços sociometabólico do projeto burguês.

Consideramos então que nosso objetivo foi alcançado, por reconhecermos que o Projeto pautado na perspectiva crítica marxista ainda está vivo, na atual realidade, como única estratégia de extinguir a sociedade capitalista de produção.

Assistentes Sociais de todo Brasil, uni-vos!

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, 2017, n. 129, p. 366-386. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/scmxtJdfJQ7crFFcMLsgrkJ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 5 dez. 2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social Brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17800>. Acesso em: 4 dez. 2021.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimento no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2009. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13>. Acesso em: 03 dez. 2021.

ANTUNES, R. Apresentação. *In*: MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS (São Paulo). **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. São Paulo: ABAS, 1947. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>. Acesso em: 5 dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **História**. Brasília, DF: UnB, c2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 4 dez. 2021.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BETETTO, Heliton. FAPSS: Uma História de 70 anos...Histórico da fundação e evolução do Instituto de Serviço Social, hoje Faculdades Paulista de Serviço Social São Paulo e de São Caetano do Sul. **Serviço Social & Sociedade**, 2010, n. 103, p. 591-595. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zgyZGRr4KnNmx5GV9nsf4px/?lang=pt#>. Acesso em: 4 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, [2012]. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>. Acesso em: 5 dez. 2021.

CARNEIRO, Rita de Cássia Amorim. Trabalho e Serviço social: um debate contemporâneo. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: UFMA, 2013. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/INDICE_AUTOR.htm#LETRAR. Acesso em: 4 dez. 2021.

CERVO, Amado, BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (Brasília, DF). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: CFESS, 9 de maio 1986. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>. Acesso em: 5 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (São Paulo). **30 Anos do Congresso da Virada**. São Paulo: CRESS (9. Região) (org.); Brasília, DF: ABEPSS; ENESSO, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/livros> Acesso em: 5 dez. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (20. Região). **Trajetória do Serviço Social**. Cuiabá, MT: CRESSMT, 1 set. 2015. Disponível em: <https://www.cressmt.org.br/trajetoria-do-servico-social/>. Acesso em: 4 dez. 2021.

CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL (19. Região). **CFESS/CRESS**. Goiânia, GO: CRESSGO, c2017. Disponível em: <https://www.cressgoias.org.br/institucional-cress-goias/cfess-cress>. Acesso em: 4 dez. 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social & Sociedade** n. 84. p. 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Anos de Incerteza (1930-1937): Golpe do Estado Novo**. São Paulo: FGV CPDOC, c2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>. Acesso em: 4 dez. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios. **Boletín Electrónico Surá**, n. 7, junio 2005, 42 p. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/bv/suradoc.php>. Acesso em: 5 dez. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CEFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. Disponível em: https://www.poderesocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/. Acesso em: 5 dez. 2021. 45 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Social Contemporâneo. *In*: MOTA, Ana Elizabete da. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista, 1848**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. *In*: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília: CFESS/ABEPSS/DSS; CEAD-UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **O Leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1).

NEVES, Daniela (coord.); CASTILHO, Daniela; SOBRAL, Erlênia; MERISSE, Marlene; MATOS, Maurílio. **CFESS Manifesta:** Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017). Brasília, DF: Conselho Federal do Serviço Social, 2017.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo:** manifestações no ensino no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, L. L. Entrevista Memória com Leila Lima Santos. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p.163-179, 2007. Entrevista realizada pela professora Dra. Marilda Villela Iamamoto.

SANTOS, Sandra Nascimento dos; TELES, Silvia Batista & BEZERRA, Clara Angélica de Almeida Santos. A origem do serviço social no mundo e no brasil. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n.17, p. 151-156, out. 2013.

TRINDADE, Mably. O Serviço Social no Brasil: gênese, natureza e desafios na contemporaneidade. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 1, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://testeprod.unimontes.br/sesoperspectiva/article/view/324/322>. Acesso em: 4 dez. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In:* CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

Apêndice A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu,

CYBELLE ETIENNE DOS SANTOS RA 37020

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: A PERSPECTIVA MARXISTA NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.

de autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): ÉDAR JESSIE DIAS MENDES DA SILVA

Curso: SERVIÇO SOCIAL Modalidade afim BACHARELADO

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Cybele Etienne dos Santos

Assinatura do representante do grupo

Édar Jessie Dias Mendes da Silva

Assinatura do Orientador (a):

Goiânia, 08 de dezembro de 202 1.